



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA

Processo nº. : 10305.001260/95-11
Recurso nº. : 123.059 - EX OFFICIO
Matéria: : IRPJ - Anos: 1991 e 1992
Recorrente : DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ
Interessada : NOPEN NACIONAL OPERADORA DE NEGÓCIOS LTDA
Sessão de : 17 de outubro de 2000
Acórdão nº. : 108-06.245

IRPJ – AJUSTE AO LUCRO LÍQUIDO – ADIÇÕES e EXCLUSÕES - CONTRIBUIÇÕES NÃO DEDUTÍVEIS - Os tributos e contribuições são dedutíveis como custos ou despesa operacional no período-base em que incorridos, face às disposições do artigo 225 do RIR/1980. A Lei 8541/1992 só é aplicável aos fatos ocorridos a partir de 01.01.1993.

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE/ CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – Aplicam-se aos procedimentos intitulados decorrentes o decidido sobre o lançamento que lhes originaram , por terem suporte fático comum.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO NO RIO DE JANEIRO/RJ.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

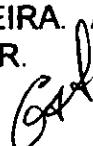
MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

IVETE MALAKIAS PESSOA MONTEIRO
RELATORA

Processo nº. : 10305.001260/95-11
Acórdão nº. : 108-06.245

FORMALIZADO EM: 20 OUT 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NELSON LÓSSO FILHO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ HENRIQUE LONGO, MARCIA MARIA LORIA MEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA. Ausente justificadamente o Conselheiro MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR.



Processo nº. : 10305.001260/95-11
Acórdão nº. : 108-06.245

Recurso nº. : 123.059
Recorrente : DRJ – RIO DE JANEIRO/RJ
Interessada : NOPEN NACIONAL OPERADORA DE NEGÓCIOS LTDA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de ofício interposto pelo Delegado de Julgamento da Receita Federal no Rio de Janeiro – RJ, da decisão de número 1329/2000, acostada aos autos às fls. 66/69 que submete a reexame necessário a exoneração do crédito tributário oriundo do lançamento de imposto de renda pessoa jurídica (fls. 02/10 – crédito constituído de 2.214.580,35 UFIR) e reflexos : imposto de renda retido na fonte (fls.43/46- crédito constituído de 270.183,37 UFIR) e contribuição social sobre o lucro (fls.47/50- crédito tributário constituído de 508.212,81 UFIR).

Decorreu o lançamento de auditoria realizada na escrita da contribuinte, onde nos anos calendários de 1991 e 1992, conforme Termo de Constatação Fiscal de fls. 05/06 , deixou de adicionar ao lucro líquido do período, na apuração do lucro real, os montantes referentes ao Pís e Finsocial que foram incorridos e não pagos ou depositados judicialmente, uma vez que, considerou essas parcelas como despesa dedutível no próprio ano calendário, com infringência aos artigos 157 e parágrafo 1º ; 191 e parágrafos; 192; 225 e parágrafos 1º, 2º e 3º; 387, inciso I do RIR/1980 .

Este procedimento gerou a reversão de prejuízo fiscal apurado no período-base de 1991, com enquadramento legal nos artigos 157 e parágrafo primeiro; 382; 386 e parágrafo 2º e 388 , inciso III do RIR/1980.

Processo nº. : 10305.001260/95-11
Acórdão nº. : 108-06.245

Os lançamentos reflexos estão assim enquadrados:

- a) Imposto de renda retido na fonte – artigo 35 da Lei 7713/1988;
- b) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – artigo 2º e parágrafos da Lei 7689/1988.

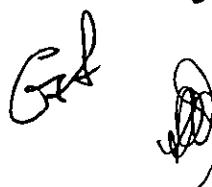
Na impugnação apresentada às fls. 53/63 argüi em síntese que a legislação em vigor no período base do lançamento não fazia qualquer restrição à dedutibilidade de tributos incorridos que não tivessem sido pagos ou encontravam-se sub-judice como é o caso.

A revogação do artigo 225 do RIR/1980 somente ocorreu a partir de 1º de Janeiro de 1993, pela lei 8541/1992, e só a partir de então poder-se-ia exigir que a dedutibilidade referente aos tributos, só fossem permitidas após o efetivo pagamento .

Decisão da autoridade singular, às fls. 66/69, julga improcedente o lançamento, dizendo que, com advento da Lei 8541 de 23.12.1992, os tributos e contribuições passaram a ser dedutíveis na determinação do lucro real, somente pelo regime de caixa. Isso para os fatos geradores ocorridos a partir de 01.01.1993.

À época do fato gerador objeto do litígio, estava em vigência a regra do artigo 225 do RIR/1980 , "os tributos são dedutíveis , como custo ou despesa operacional , no período-base de incidência em que ocorrer o fato gerador da obrigação tributária."

A dedutibilidade dos tributos e contribuições referentes aos períodos objeto da autuação, independem do efetivo pagamento, em virtude do regime



Processo nº : 10305.001260/95-11
Acórdão nº : 108-06.245

econômico ou de competência. Transcreve Ementas dos Acórdãos 103-16.614/1995 e 101-86.011/1994.

Exonera os lançamentos (principal e reflexos), recorre de ofício.

É o Relatório.

Bal

[Assinatura]

Processo nº. : 10305.001260/95-11
Acórdão nº. : 108-06.245

V O T O

Conselheira IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO - Relatora

A exoneração tributária decretada pela autoridade julgadora de primeira instância, ora recorrente, implicou no cancelamento dos tributos e multas discriminados no relatório de fls.70/71, cujo somatório supera o limite de alçada fixado pela Portaria MF 333 publicada no DOU de 12 de dezembro de 1997.

Assim presentes os pressupostos de admissibilidade, tomo conhecimento da remessa oficial para ratificar a exoneração processada pela autoridade recorrente, respaldada na correta aplicação da legislação tributária vigente.

Uma vez que, ao cancelar os lançamentos o fez em estrita observância aos preceitos legais que regem a matéria.

A pessoa jurídica fiscalizada, nos anos calendários de 1991 e 1992 considerou como despesa efetiva dos exercícios, parcelas referentes ao PIS e a COFINS incorridas e não pagas. Segundo o autuante, teria deixado de adicionar ao lucro líquido do período, o valor dessas importâncias, uma vez que, não depositara judicialmente tais valores.

Entendeu a autoridade singular que estaria o autuante ampliando o comando da Lei 8541/1992 , apenas com vigência a partir de 1º de Janeiro de 1993. O objeto do recurso de ofício, é pois a chancela do procedimento da autoridade singular, que cancelou de ofício o lançamento principal e reflexos,

Processo nº. : 10305.001260/95-11
Acórdão nº. : 108-06.245

O Código Tributário Nacional no artigo 144 assim determina quanto ao lançamento :

Artigo 144 – O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente , ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Neste artigo, está contido o princípio geral do lançamento, aquele que apura e reconhece uma situação de fato em um momento no tempo , o do dia do fato gerador , segundo a lei em vigor neste dia.

O princípio da irretroatividade das leis consagrado na constituição de 1988 e reproduzido no comando do artigo 144, regulando a aplicação da lei no tempo , resolvendo os conflitos intertemporais que podem surgir na matéria. Este comando regra o direito material que regula o ato do lançamento em seu aspecto substancial.

Transcrevo do Mestre Aliomar Baleeiro – Direito Tributário Brasileiro 11¹ Ed. 1999 –pg. 794/5 – comentários sobre o caput desse artigo, por bem definirem o tema:

O artigo 144 estabelece que o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente , ainda que posteriormente modificada ou revogada. É que entre a data da ocorrência do fato jurídico e o lançamento, há decurso de tempo mais ou menos longo , dentro do qual pode surgir lei nova , a modificar a estrutura básica do tributo a ser lançado. O artigo 144 dispõem que o ato administrativo do lançamento deve buscar os critérios normativos , estabelecidos na lei vigente à época da realização do fato jurídico para :

- verificar a sua ocorrência quanto aos aspectos materiais ,temporais e espaciais;
- identificar o sujeito passivo , contribuintes e responsáveis , natureza e extensão da responsabilidade;
- encontrar os valores inerentes à base de cálculo e a ela sobrepor alíquota;
- apurar o montante do tributo a pagar , com a utilização de deduções , compensações ou outros benefícios fiscais, inclusive a atualização monetária de seu valor;

Processo nº. : 10305.001260/95-11
Acórdão nº. : 108-06.245

- fixar os termos da exigibilidade , condições e formas de pagamento.

Como já realçamos, os artigos 143 e 144 do CTN partem do pressuposto de que o lançamento cria a obrigação tributária. Portanto o direito de crédito da Fazenda Pública , ao qual acresce liquidez e exigibilidade , lhe é preexistente. O lançamento sob este prisma , tem efeitos meramente declaratórios, devendo aplicar a norma legal em vigor no momento do real nascimento da obrigação (que, aliás coincide com o momento da criação do direito de crédito da Fazenda Pública).

A regra do artigo 144, caput, é regra de Direito Material , regente do conteúdo substancial do lançamento e que deve refletir a estrutura fundamental do tributo, não encontra nenhuma exceção , nem mesmo como reiteradamente vem decidindo o STF, em relação à correção monetária . E nem poderia , uma vez que é simples desdobramento do Direito Tributário, do princípio da irretroatividade das leis, tão insistentemente consagrado na Constituição de 1988. Assim, mesmo que, à época da efetuação do lançamento estiver totalmente revogada a lei vigente na data do fato jurídico, dar-se-á a ultratividade plena da lei abrogada, não podendo aplicar lei nova, de vigência posterior à ocorrência do fato jurídico.

Em que pese não se referir especificamente a autuação a lei nova, o procedimento foi todo neste sentido. A época do fato gerador, o regime jurídico para contabilizar as despesas tributárias eram de competência. Em perfeita consonância com as disposições legais, a autoridade singular procedeu a exoneração dos lançamentos que seriam válidos se dissessem respeito a exercícios subsequentes aqueles objeto do presente litígio.

Por todo exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao RECURSO de OFÍCIO interposto, para confirmar as exonerações promovidas na decisão singular.

Sala das Sessões - DF, 17 de outubro de 2000

IVETE MALAKIÁS PESSOA MONTEIRO